AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA INCLUSÃO

GLÍCIA SILVA DE MOURA

RESUMO
A avaliação da aprendizagem no contexto da inclusão deve considerar as diferenças e necessidades de todos os alunos, garantindo que cada estudante tenha oportunidade de demonstrar o que aprendeu de acordo com suas capacidades buscando acompanhar o desenvolvimento dos alunos de forma contínua, respeitando suas particularidades, ritmos e estilos de aprendizagem, devendo ser flexível, adaptada, contínua e centrada no desenvolvimento do aluno, respeitando suas necessidades e garantindo oportunidades reais de aprendizagem, de forma inclusiva, contínua e adaptada às necessidades do estudante, considerando suas potencialidades, dificuldades e ritmo de aprendizagem. Ela não deve focar apenas nas limitações do aluno, mas principalmente no desenvolvimento e progresso, e não priorizar apenas provas, prioriza-se uma avaliação formativa, que observa o processo de aprendizagem e valoriza os avanços individuais. Para estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas, podem ser utilizadas adaptações, como instrumentos diferenciados, mais tempo para realização das atividades e apoio de recursos pedagógicos, avaliar, nesse contexto, é reconhecer a diversidade como elemento constitutivo da escola e promover condições para que todos os estudantes desenvolvam seu potencial, dessa forma, a avaliação torna-se um instrumento para promover a aprendizagem, a participação e a inclusão de todos no ambiente escolar. A aprendizagem acontece quando a escola oferece condições adequadas, respeito às diferenças e práticas pedagógicas inclusivas.

PALAVRAS-CHAVE: avaliação, educação inclusiva

INTRODUÇÃO

Atualmente, ainda são excluídos crianças e jovens com necessidades especiais o que abrange as pessoas com limitação cognitiva, cegos, surdos, mudos, surdos-mudos, os paraplégicos nas escolas, entre outras pessoas com outras condições limitantes do aprendizado.

A legislação educacional brasileira passou a assegurar constitucionalmente, na década de 1990, o atendimento aos PNEE nas redes regulares de ensino, conforme o artigo 58, capítulo V, da Lei n.9394/96 a LDB. Segundo essa lei, a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, sendo este ensino ofertado a partir da Educação Infantil (Brasil, 1996).

De acordo com o artigo 59 da LDB, os sistemas de ensino devem assegurar aos PNEE, currículos, métodos, técnicas e recursos educativos e organizacionais específicos para atender às suas necessidades. Somente quando não for possível a integração desses alunos às classes comuns do ensino regular poderá ser criadas classes específicas para recebê-los. Ao lado disso, os sistemas de ensino devem promover especialização adequada aos professores de classes especiais e de classes regulares que atendam a esses alunos todos os benefícios sociais adotados para o ensino regular (BRASIL, 1996).

O Plano Nacional de Educação de 2001 (PNE/01) estabelece 27 metas que abordam questões referentes aos planos de desenvolvimento de programas educacionais e a qualificação dos profissionais em exercício. Todos os dispositivos possuem em comum a necessidade da construção de um sistema de ensino que se adapte às necessidades de cada aluno, e que possa garantir acesso ao saber sistematizado e a socialização do indivíduo (BRASIL, 2001).

Utilizar os resultados de aprendizagem e o clima escolar para pautar as discussões coletivas, garantindo que a formação tenha um impacto direto na melhoria do ensino e no engajamento dos alunos.

A educação inclusiva exige que o professor utilize instrumentos avaliativos diversificados, como observação, portfólios, registros descritivos, atividades práticas, trabalhos em grupo e autoavaliação. Essas estratégias permitem compreender de forma mais ampla o processo de aprendizagem do estudante, valorizando suas habilidades e respeitando suas particularidades.

Além disso, em muitos casos, é necessá-

rio realizar adaptações avaliativas, como ampliação do tempo para realização das atividades, utilização de recursos visuais, avaliações orais ou provas adaptadas. Essas adaptações não representam uma facilitação do processo avaliativo, mas sim uma forma de garantir equidade e possibilitar que todos os estudantes demonstrem seus conhecimentos de acordo com suas condições e necessidades. Portanto, a avaliação no contexto da inclusão deve ser compreendida como um instrumento fundamental para promover uma educação mais justa e democrática. Ao considerar as singularidades de cada aluno e valorizar seus avanços ao longo do processo educativo, a avaliação contribui para o fortalecimento de práticas pedagógicas que favorecem a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os estudantes, avaliar o aluno de inclusão significa valorizar seu processo de aprendizagem, respeitar suas diferenças e garantir oportunidades justas para que ele demonstre o que aprendeu.

Incentivar que os professores busquem novas metodologias e se sintam seguros para inovar. O coordenador deve atuar como um facilitador, fornecendo materiais, referências teóricas e apoio pedagógico para que o professor seja protagonista de seu próprio desenvolvimento.

OS DESAFIOS DA AVALIAÇÃO

Os desafios qualitativos se referem à inadequação das práticas pedagógicas das escolas comuns que se pretendem se tornar inclusivas. A solução seria trabalhar os princípios de singularidades (cada aluno é único); inteligências múltiplas (estimular e utilizar o cérebro inteiro de cada aluno); estilo de aprendizagem (atingir o modo como cada aluno aprende melhor); avaliação da aprendizagem (comparar a avaliação de um aluno com as outras avaliações dele, e não de outros alunos); inclusive (avaliar para incluir o aluno); e coerência (toda a escola precisa adotar atitudes inclusivas). Todos os servidores precisam ser capacitados periodicamente (ALONSO, 2013).

Como diz Luckesi (2011, p.28) “a avaliação não se dá nem se dará num vazio conceitual, mas sim dimensionada por um modelo teórico de mundo e de educação, traduzido em prática pedagógica” Nessa abordagem o educando é visto como ser ativo e dinâmico, participante da construção de seu próprio conhecimento, ou seja, educar é formar e aprender além de construir o próprio saber, no qual a avaliação contempla dimensões, e não se reduz apenas em atribuir notas.

A AVALIAÇÃO ENQUANTO PROCESSO DE ANÁLISE DE DADOS

É um processo de coleta e análise de dados, tendo em vista verificar se os objetivos propostos foram atingidos, respeitando as características individuais e o ambiente em que o educando vive. A avaliação deve ser integral, considerando o aluno como um ser total e integrado e não de forma fragmentada. O aluno aprende quando consegue ultrapassar conflitos. Para não ser autoritária e conservadora, a avaliação tem a tarefa de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento da identificação de novos rumos. (LUCKESI, 2011, p.39).

A avaliação tem por base acolher uma situação, para, então ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário. A avaliação, como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão e não a exclusão; a inclusão e não a seleção que obrigatoriamente conduz à exclusão (LUCKESI, 2011, p.172)

As avaliações devem servir para diagnosticar o andamento do processo educativo, indicando avanços, sucessos, erros e, a partir desses indicadores, começam as buscas por soluções para que, enfim a escola cumpra seu dever com a sociedade.

A Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, em 2002 produziu um documento que recebeu o nome de “Estratégias e Orientações para a Educação de Alunos com Dificuldade Acentuadas de Aprendizagem Associadas às Condutas Típicas” nele há um tópico sobre do atendimento aos alunos com NEEs em classes comuns.

Cita-se que é necessário que a escola preveja: professores capacitados e quando necessário, professor especializado; distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais em diferentes classes, de modo a se beneficiarem das diferenças e que ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, considerando os princípios da educa-

ção para a diversidade; flexibilizações e adaptações curriculares, que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos; metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados, bem como processos de avaliação contextualizada que envolvem todas as variáveis intrínsecas ao processo de ensino e aprendizagem.
O professor tem papel fundamental na aprendizagem, mediando o conhecimento e oferecendo apoio. Em muitos casos há também o atendimento educacional especializado, que auxilia o aluno a desenvolver habilidades e superar dificuldades relacionadas a condições como Deficiência Intelectual, Transtorno do Espectro Autista ou Deficiência Visual.
O convívio com colegas é essencial. A interação promove troca de experiências, desenvolvimento social e construção do conhecimento, contribuindo para a inclusão e para o desenvolvimento integral do estudante.
Desenvolver a capacidade de observação de modo a perceber com clareza os indicadores de um comportamento inadaptado; estruturar o ambiente para envolver e motivar os alunos; envolvendo alunos para serem auxiliares do dia e fazendo serviços de monitoria, de forma que seja colaboradores e corresponsáveis pelas atividades desenvolvidas em sala e uma avaliação funcional com pais, estudantes e outros profissionais, para os quais serão questionados os aspectos de ambiente físico, interações sociais, ambiente educacional e fatores não acadêmicos.
O documento traz também passos para o planejamento de um programa de inclusão, como: identificação dos membros necessários da equipe educacional, identificação das habilidades, competências e das necessidades educacionais especiais do aluno; identificação de suportes e serviços necessários, análise descritiva do programa educacional desse alunado, identificação e descrição de prováveis classes onde ele possa melhor se beneficiar, desenvolvimento de um programa de atividades que contemple o período de adaptação, estabelecimento do sistema de apoio necessário, oferta de apoio técnico ao desenvolvimento do programa e capacitação dos professores quanto às necessidades educacionais em sala de aula, envolvimento contínuo dos pais no programa escolar e acompanhamento do progresso do aluno e sua modificação, sempre que necessário.
Há um conjunto de crianças, adolescentes e/ou adultos cujas características, capacidades e necessidades, obrigam muitas vezes a que a escola e a sociedade se organizem no sentido de melhor poderem elaborar respostas educativas eficazes, ou de qualquer outra ordem, que façam com que eles venham a experimentar sucesso.
Estes indivíduos designam-se de indivíduos com necessidades especiais. As necessidades especiais dizem respeito a um conjunto de fatores, de risco ou de ordem intelectual, emocional e física, que podem afetar a capacidade de um indivíduo em atingir o seu potencial máximo.

O QUE SÃO NECESSIDADES EDUCACIONAIS?
A expressão “necessidades educacional” especiais pode ser utilizada para referir-se a crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Está associada, portanto, a dificuldades de aprendizagem ou distúrbios de aprendizagem, não necessariamente vinculada a deficiência(s).
O termo surgiu para evitar os efeitos negativos de expressões utilizadas no contexto educacional, deficientes, excepcionais, subnormais, superdotados, infradotados, incapacitados etc., para referirem-se aos alunos com altas habilidades/superdotação, aos portadores de deficiências cognitivas, físicas, psíquicas e sensoriais. Tem o propósito de deslocar o foco do aluno e direcioná-lo para as respostas educacionais que eles requerem, evitando enfatizar os seus atributos ou condições pessoais que podem interferir na sua aprendizagem e escolarização.
É uma forma de reconhecer que muitos alunos, tenham ou não deficiências ou superdotação, apresentam necessidades educacionais que passam a ser especiais quando exigem respostas específicas adequadas (MENEZES, 2001)
O que se pretende resgatar com essa expressão é o seu caráter de funcionalidade, ou seja, o que qualquer aluno pode requerer do sistema educativo quando frequenta a escola. Isso requer uma análise que busque verificar o que ocorre

quando se transforma as necessidades especiais de uma criança numa criança com necessidades especiais. Com frequência, necessitar de atenção especial na escola pode repercutir no risco de tornar-se um aluno com necessidades especiais. Não trata de mero jogo de palavras ou de conceitos.
Falar em necessidades educacionais especiais, portanto, deixa de ser pensar nas dificuldades específicas dos alunos e passa a significar o que a escola pode fazer para dar respostas às suas necessidades, de um modo geral, bem como aos que apresentam necessidades específicas muito diferentes dos demais.
Considera os alunos, de um modo geral, como passíveis de necessitar, mesmo que temporariamente, de atenção específica e poder requerer um tratamento diversificado dentro do mesmo currículo.
Não se nega o risco da discriminação, do preconceito e dos efeitos adversos que podem decorrer dessa atenção especial. Em situação extrema, a diferença pode conduzir à exclusão.

SERVIÇOS EDUCACIONAIS SÃO NECESSÁRIOS

Nesse contexto, a ajuda pedagógica e os serviços educacionais, mesmo os especializados quando necessários, não devem restringir ou prejudicar os trabalhos que os alunos com necessidades especiais compartilham na sala de aula com os demais colegas. Respeitar à atenção à diversidade e manter a ação maiores ou menos acentuadas dificuldades para aprender. Cada aluno aprende em um tempo diferente. Por isso, é importante respeitar o ritmo individual, valorizando avanços e incentivando a autonomia. O aluno com inclusão aprende quando a escola promove acessibilidade, adaptações pedagógicas, apoio especializado e um ambiente acolhedor, garantindo a participação e o desenvolvimento de todos.
Embora as necessidades especiais na escola sejam amplas e diversificadas, a atual Política Nacional de Educação Especial aponta para uma definição de prioridades no que se refere ao atendimento especializado a ser oferecido na escola para quem dele necessitar. Nessa perspectiva, define como aluno com necessidades especiais aquele que "... por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes a sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas.
A classificação desses alunos, para efeito de prioridade no atendimento educacional especializado (preferencialmente na rede regular de ensino), consta da referida Política e dá ênfase a: alunos com deficiência mental, visual, auditiva, física e múltipla, alunos com condutas típicas (problemas de conduta), alunos com superdotação.
A noção de necessidades educacionais especiais entrou em evidência a partir das discussões do chamado "movimento pela inclusão" e dos reflexos provocados pela Conferência Mundial sobre Educação Especial, realizada em Salamanca, na Espanha em 1994. Nesse evento, foi elaborado um documento mundialmente significativo denominado "Declaração de Salamanca" e na qual foram levantados aspectos inovadores para a reforma de políticas e sistemas educacionais.

DECLARACÃO DE SALAMANCA

A Declaração de Salamanca, portanto, estabeleceu uma nova concepção, extremamente abrangente, de "necessidades educacionais especiais" que provoca a aproximação dos dois tipos de ensino, o regular e o especial, na medida em que esta nova definição implica que todos possuem ou podem possuir, temporária ou permanentemente, "necessidades educacionais especiais". Dessa forma, orienta para a existência de um sistema único, que seja capaz de prover educação para todos os alunos, por mais especial que este possa ser ou estar. (MENEZES, 2001).

OS PCNS

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborados com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, orientam a respeito de estratégias para a educação de alunos com necessidades especiais. Para isso, estabeleceu um material didático-pedagógico intitulado "Adaptações Curriculares" que insere na concepção da escola inclusiva defendida na Declaração de Salamanca.
Acredita-se que os olhares estão voltados a atenção a diversidade da comunidade escolar e baseiam-se no pressu-

posto de que a realização de adaptações curriculares pode atender a necessidade particulares de aprendizagem dos alunos.
Consideram que à atenção a diversidade deve se concretizar em medidas que levam em conta não só as capacidades intelectuais e os conhecimentos dos alunos, mas também, seus interesses e motivações.
A atenção à diversidade está focalizada no direito de acesso á escola e visa à melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem para todos, irrestritamente, bem como as perspectivas de desenvolvimento e socialização.
A escola, nessa perspectiva, busca consolidar o respeito às diferenças, conquanto não elogie a desigualdade. As diferenças vistas não como obstáculos para o cumprimento da ação educativa, mas, podendo e devendo ser fatores de enriquecimento.
A avaliação da aprendizagem é um dos pilares do processo educativo, pois orienta as práticas pedagógicas e possibilita acompanhar o desenvolvimento dos estudantes. No contexto da educação inclusiva, essa avaliação assume um papel ainda mais relevante, pois precisa considerar a diversidade de ritmos, estilos e necessidades de aprendizagem presentes na sala de aula. A partir da consolidação de políticas públicas, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a escola brasileira passou a reafirmar o compromisso com o acesso, a permanência e o sucesso escolar de todos os estudantes, inclusive aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
A avaliação pode ser realizada por meio da observação diária do professor, analisando a participação do aluno nas atividades, sua interação com os colegas, o interesse pelo conteúdo e o esforço demonstrado durante as tarefas.
Além disso, é importante utilizar diversos instrumentos de avaliação, como portfólios, registros de atividades, trabalhos em grupo, produções individuais e avaliações orais. Esses instrumentos permitem compreender melhor o desenvolvimento do estudante e suas formas de aprendizagem.
Outro aspecto fundamental é a adaptação das atividades e das avaliações. O professor pode modificar a forma de apresentação das questões, utilizar recursos visuais, oferecer mais tempo para realização das tarefas ou permitir diferentes formas de resposta, como desenhos, explicações orais ou atividades práticas.
Também é importante contar com o apoio do Atendimento Educacional Especializado, que auxilia na elaboração de estratégias e recursos pedagógicos.
Este artigo discute os fundamentos, desafios e estratégias da avaliação da aprendizagem no contexto da inclusão, destacando a importância de práticas avaliativas flexíveis, formativas e equitativas.
As necessidades educacionais especiais são necessidades relacionadas aos alunos que apresentam elevada capacidade ou dificuldades de aprendizagem. Esses alunos não são, necessariamente, portadores de deficiências, mas são aqueles que passam a ser especiais quando exigem respostas específicas adequadas. As necessidades educacionais podem ser identificadas em diversas situações representativas de dificuldades de aprendizagem em decorrência de condições individuais, econômicas ou socioculturais dos alunos, crianças com condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e sensoriais diferenciadas, crianças com deficiências e superdotadas, crianças trabalhadoras ou quem vivem nas ruas, crianças de populações distantes ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais, crianças de grupos desfavorecidos ou marginalizados.
Historicamente, a avaliação escolar esteve associada a práticas classificatórias, centradas em provas padronizadas e na atribuição de notas. Esse modelo, muitas vezes, desconsidera as singularidades dos estudantes e reforça processos de exclusão.
Na perspectiva inclusiva, a avaliação deve ser compreendida como um processo contínuo, diagnóstico e formativo. Isso significa que ela não se limita à verificação de resultados, mas acompanha o percurso de aprendizagem, identificando avanços, dificuldades e necessidades de intervenção pedagógica.
A avaliação formativa, valoriza o progresso individual, considera o ponto de partida do estudante, orienta o planejamento do professor, favorece a autorregulação

da aprendizagem.
A avaliação no contexto da inclusão deve estar fundamentada em alguns princípios essenciais:
1. Equidade
Equidade não significa tratar todos da mesma forma, mas oferecer condições diferenciadas para que todos possam aprender. Isso pode implicar adaptações de instrumentos avaliativos, tempo ampliado para realização de atividades, uso de recursos visuais ou tecnológicos, entre outros.
2. Flexibilidade
A flexibilidade envolve a diversificação de estratégias e instrumentos de avaliação, como: Portfólios, observação sistemática, autoavaliação, Trabalhos em grupo, avaliações orais, registros descritivos.
3. Acessibilidade
A avaliação deve ser acessível em termos físicos, comunicacionais e pedagógicos. Isso inclui a utilização de tecnologias assistivas, linguagem clara, recursos visuais e estratégias alternativas de expressão do conhecimento.
4. Individualização
Cada estudante apresenta um perfil único de aprendizagem. No caso de alunos público-alvo da Educação Especial, o Plano de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o Plano Educacional Individualizado (PEI) podem orientar adaptações curriculares e avaliativas adequadas.
Apesar dos avanços legais e teóricos, a prática avaliativa inclusiva enfrenta desafios significativos:
Formação insuficiente de professores para lidar com a diversidade, resistência a mudanças em modelos tradicionais de avaliação, falta de recursos pedagógicos e tecnológicos, turmas numerosas, pressões por resultados padronizados.
Superar esses desafios exige investimento em formação continuada, trabalho colaborativo entre professores, equipe gestora e profissionais do AEE, além de uma cultura escolar comprometida com a inclusão. Algumas delas: estratégias Pedagógicas para uma avaliação inclusiva, algumas estratégias podem contribuir para uma avaliação mais inclusiva: Definir objetivos claros e adaptáveis, utilizar critérios de avaliação diversificados, valorizar diferentes formas de expressão (oral, escrita, artística, digital), registrar progressos individuais, oferecer feedback construtivo e contínuo, envolver a família no processo educativo.
5. Avaliação qualitativa
Na Educação Especial, valoriza-se mais o processo e o progresso do aluno do que apenas a nota final. Objetivo da avaliação: acompanhar o desenvolvimento do estudante, identificar dificuldades e potencialidades, planejar intervenções pedagógicas adequadas, promover a inclusão e aprendizagem significativa.
O feedback, especialmente, desempenha papel central, pois orienta o estudante sobre seus avanços e aponta caminhos para superação de dificuldades.
A avaliação da aprendizagem no contexto da inclusão deve romper com práticas excludentes e classificatórias, assumindo um caráter diagnóstico, formativo e emancipador. Avaliar, nesse contexto, é reconhecer a diversidade como elemento constitutivo da escola e promover condições para que todos os estudantes desenvolvam seu potencial, assumindo um caráter diagnóstico, formativo e processual. A avaliação diagnóstica permite identificar os conhecimentos prévios e as necessidades específicas dos estudantes, contribuindo para o planejamento de estratégias pedagógicas adequadas. Já a avaliação formativa ocorre durante todo o processo de ensino e aprendizagem, possibilitando ao professor acompanhar o progresso do aluno e ajustar suas práticas pedagógicas quando necessário.
Assim, a avaliação inclusiva não é apenas uma adaptação técnica, mas uma postura ética e pedagógica que reafirma o direito à educação de qualidade para todos. É por meio dela que a escola pode garantir não apenas o acesso, mas também a aprendizagem significativa e a participação plena de cada estudante no processo educativo, quais são suas dificuldades e quais estratégias podem favorecer seu desenvolvimento. Esse processo deve ser amplo, individualizado e contínuo, considerando as características da criança e seu contexto escolar e familiar.
Avaliar uma criança no contexto da educação inclusiva não é sobre medir o quanto ela se "ajusta" ao padrão, mas sim entender quais barreiras estão impedindo o seu desenvolvimento e como a escola pode removê-las, hoje a forma como as palavras “menor” e “criança” são utilizadas na sociedade e nas instituições

revela desigualdades raciais históricas. No contexto apresentado por Daniel Teixeira, o termo “criança” costuma ser associado à inocência, proteção e cuidado, sendo frequentemente utilizado quando se trata de crianças brancas. Já o termo “menor” muitas vezes aparece ligado à criminalização e à ideia de perigo, sendo usados com mais frequência para se referir a crianças e adolescentes negros e pobres. Essa diferença de linguagem reflete um processo de racismo estrutural, em que determinados grupos sociais são vistos e tratados de maneira desigual desde a infância. Enquanto algumas crianças são percebidas como sujeitos de direitos que precisam de proteção, outras acabam ...
O aluno com inclusão aprende da mesma forma que os outros alunos, porém pode precisar de adaptações, estratégias diferenciadas e apoio pedagógico para desenvolver suas habilidades e participar plenamente do processo educativo. A aprendizagem acontece quando a escola oferece condições adequadas, respeito às diferenças e práticas pedagógicas inclusivas.

Aprendizagem por meio de metodologias diversificadas
Alunos com inclusão aprendem melhor quando o professor utiliza diferentes estratégias de ensino, como atividades visuais, jogos, recursos concretos, tecnologia assistiva, música e atividades práticas. Essas metodologias facilitam a compreensão do conteúdo.

Adaptação curricular
Em alguns casos é necessário adaptar conteúdos, atividades e avaliações, respeitando o ritmo e as necessidades do estudante. A adaptação não significa diminuir a importância do aprendizado, mas garantir que o aluno consiga acessar o conhecimento.

Mediação do professor e apoio especializado
O professor tem papel fundamental na aprendizagem, mediando o conhecimento e oferecendo apoio. Em muitos casos há também o atendimento educacional especializado, que auxilia o aluno a desenvolver habilidades e superar dificuldades relacionadas a condições como Deficiência Intelectual, Transtorno do Espectro Autista ou Deficiência Visual.

Aprendizagem por interação social
O convívio com colegas é essencial. A interação promove troca de experiências, desenvolvimento social e construção do conhecimento, contribuindo para a inclusão e para o desenvolvimento integral do estudante.

Respeito ao ritmo de aprendizagem
Cada aluno aprende em um tempo diferente. Por isso, é importante respeitar o ritmo individual, valorizando avanços e incentivando a autonomia. Em resumo: O aluno com inclusão aprende quando a escola promove acessibilidade, adaptações pedagógicas, apoio especializado e um ambiente acolhedor, garantindo a participação e o desenvolvimento de todos. Se quiser, também posso transformar essa resposta em um resumo acadêmico ou resposta curta para atividade, caso seja para trabalho ou prova.

A avaliação do aprendizado do aluno de inclusão deve ser flexível, contínua e adaptada às necessidades do estudante, considerando seu ritmo, suas capacidades e seu desenvolvimento ao longo do processo educativo. O objetivo principal é acompanhar o progresso do aluno e identificar suas potencialidades e dificuldades, e não apenas comparar seu desempenho com o dos demais colegas. Primeiramente, a avaliação pode ser realizada por meio da observação diária do professor, analisando a participação do aluno nas atividades, sua interação com os colegas, o interesse pelo conteúdo e o esforço demonstrado durante as tarefas. Além disso, é importante utilizar diversos instrumentos de avaliação, como portfólios, registros de atividades, trabalhos em grupo, produções individuais e avaliações orais. Esses instrumentos permitem compreender melhor o desenvolvimento do estudante e suas formas de aprendizagem. Outro aspecto fundamental é a adaptação das atividades e das avaliações. O professor pode modificar a forma de apresentação das questões, utilizar recursos visuais, oferecer mais tempo para realização das tarefas ou permitir diferentes formas de resposta, como desenhos, explicações orais ou atividades práticas. Também é importante contar com o apoio do Atendimento

Educacional Especializado, que auxilia na elaboração de estratégias e recursos pedagógicos adequados para alunos com condições como Deficiência Intelectual, Transtorno do Espectro Autista ou Deficiência Física. Portanto, avaliar o aluno de inclusão significa valorizar seu processo de aprendizagem, respeitar suas diferenças e garantir oportunidades justas para que ele demonstre o que aprendeu.
Avaliar uma criança no contexto da educação inclusiva não é sobre medir o quanto ela se "ajusta" ao padrão, mas sim entender quais barreiras estão impedindo o seu desenvolvimento e como a escola pode removê-las. O foco sai da deficiência e vai para as potencialidades.
Aqui está como esse processo geralmente se estrutura: Avaliação Diagnóstica e Multiprofssional, antes de tudo, é preciso compreender a condição da criança, isso geralmente envolve um laudo médico, mas na escola, o que importa é o laudo pedagógico. A equipe de multiprofssionais deve envolver: psicopedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos e os professores. O objetivo: Identificar o que a criança já sabe, como ela se comunica e como ela interage com o ambiente. Elaboração do PDI (Plano de Desenvolvimento Individualizado) este é o documento mestre. O PDI é um roteiro personalizado que define as metas para aquele aluno específco durante o ano letivo, fazer a Adaptação Curricular, não é "dar menos matéria", mas sim adaptar a forma de ensinar e o que é essencial para o progresso do aluno. Recursos de Acessibilidade: Definir se haverá necessidade de Braille, Libras, engrossadores de lápis ou softwares de voz, avaliação processual e formativa na inclusão, é importante que o professor registre os pequenos avanços e tenha flexibilidade, se o aluno tem dificuldade de escrita, a avaliação pode ser oral, se ele tem dificuldade de concentração, a prova pode ser fragmentada em pequenas tarefas.
O aluno é comparado com o seu próprio histórico, e não com a média da turma, o professor do AEE atua no contraturno, na "Sala de Recursos", ele avalia: a autonomia do aluno na escola, o uso de tecnologias assistivas, a evolução das funções cognitivas (memória, atenção, raciocínio), pontos de atenção (O que a lei diz) Não à exclusão. A criança não pode ser avaliada apenas para "cumprir tabela", ela deve ter o direito à adaptação, é dever da escola adaptar o formato das provas e o tempo de execução, na mediação: A presença de um mediador ou cuidador pode ser necessária, mas o professor regente continua sendo o responsável pelo ensino. Uma avaliação inclusiva eficaz responde a uma pergunta simples: "O que meu aluno aprendeu hoje que ele não conseguia fazer ontem?"

CONCLUSÃO

Embora tenha avançado no Brasil, a Educação Inclusiva ainda tem grandes desafos a serem empreendidos, sobretudo em relação à qualidade dos serviços prestados. A implementação de novas práticas pedagógicas que considere a singularidade do sujeito e estilos de aprendizagem variados apontam um caminho a ser seguido.
O desenvolvimento da pessoa com necessidades educativas especiais deve ser visto em sua totalidade, (desenvolvimento cognitivo, motor, social, da linguagem, afetivo/emocional) entre si e não as isolar como problemas específcos para que se possa assumir uma atitude eficaz.
Assim, no espaço educacional deve haver um trabalho voltado para o desenvolvimento global, propondo programas que respeitem cada ser em tempo, ritmo, em suas capacidades e processos cognitivos.
Uma boa avaliação deve indicar caminhos e a opção de dar continuidade a um trabalho ou a sua total modifcação.
A avaliação da aprendizagem no contexto da inclusão é um processo que considera as diferenças, necessidades e potencialidades de cada estudante, especialmente daqueles que fazem parte da educação especial. O objetivo não é apenas medir resultados, mas acompanhar o desenvolvimento do aluno e promover sua aprendizagem de forma justa e signifcativa.
A avaliação da aprendizagem no contexto da inclusão deve romper com práticas excludentes e classifcatórias, assumindo um caráter diagnóstico, formativo e emancipador. Avaliar, nesse contexto, é reconhecer a diversidade como elemento constitutivo da escola e promover condições para que todos os estudantes desenvolvam seu potencial.
Assim, a avaliação inclusiva não é apenas uma adaptação técnica, mas uma postura ética e pedagógica que reafrma

o direito à educação de qualidade para todos. É por meio dela que a escola pode garantir não apenas o acesso, mas também a aprendizagem significativa e a participação plena de cada estudante no processo educativo.

A avaliação na educação especial deve ser compreendida como um processo contínuo, inclusivo e voltado para o desenvolvimento integral do estudante. Diferente de uma avaliação tradicional, que muitas vezes se baseia apenas em provas e resultados quantitativos, na educação especial ela busca identificar as potencialidades, necessidades e progressos individuais de cada aluno.

Nesse contexto, documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva reforçam que a avaliação deve ser adaptada, flexível e respeitar as especificidades dos estudantes, garantindo oportunidades reais de aprendizagem.

Assim, conclui-se que a avaliação na educação especial não deve ter caráter classificatório ou excludente, mas sim diagnóstico, formativo e orientador das práticas pedagógicas. Quando realizada de forma adequada, ela contribui para a construção de estratégias de ensino mais inclusivas, favorecendo a participação, a autonomia e o desenvolvimento de todos os alunos no ambiente escola.

Além disso, no contexto da inclusão, é fundamental considerar as adaptações curriculares e avaliativas, quando necessário. Essas adaptações podem envolver mudanças no tempo de realização das atividades, na forma de apresentação das tarefas, no uso de recursos pedagógicas ou tecnologias assistivas.

Outro aspecto importante é que a avaliação deve ter caráter formativo, ou seja, servir para orientar o processo de ensino e aprendizagem. Assim, o professor pode identificar dificuldades, planejar intervenções pedagógicas e adaptar metodologias para garantir que todos os alunos tenham oportunidade de aprender.

A avaliação inclusiva deve ser justa, acessível e centrada no desenvolvimento do estudante, valorizando seus avanços e promovendo a participação de todos no processo educativo. Dessa forma, contribui para uma escola mais democrática, equitativa e comprometida com o direito à educação para todos.

Portanto, a avaliação no contexto da inclusão deve ser compreendida como um instrumento fundamental para promover uma educação mais justa e democrática. Ao considerar as singularidades de cada aluno e valorizar seus avanços ao longo do processo educativo, a avaliação contribui para o fortalecimento de práticas pedagógicas que favorecem a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os estudantes. O aluno com inclusão aprende quando a escola promove acessibilidade, adaptações pedagógicas, apoio especializado e um ambiente acolhedor, garantindo a participação e o desenvolvimento de todos.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Daniela. Os desafios da Educação Inclusiva: foco nas redes de apoio. 2013 Disponível em http://revistaescola.abril.com.br/formacao/palavra-especialista-desafios-educacao-inclusiva-foco-redes-apoio-734436.shtml: Acesso em 13 de Abril de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Declaração de Salamanca: Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais Educativas. Espanha, 1994. Brasília: MEC.

_____Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Ministério da Educação. Brasília: MEC. 1996.

_____. Plano Nacional de Educação. Lei n. 10172/01.Ministério da Educação. Brasília: MEC.2001.

_____. Ministério da Educação. Estratégias e Orientações para a Educação de Alunos com Dificuldades Acentuadas de Aprendizagem Associadas às Condutas Típicas. Secretaria da Educação Especial. Brasília: MEC.2002.

LUCKESI, C. A avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições 22. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Declaração de Salamanca: Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais. Espanha, 1994, Brasília: MEC

_____. Decreto-Lei n. 3/2008, de 7 de

janeiro. Disponível em: https://foraeditora.com/remodelacao-do-decreto-lei-n--o-32008-de-7-de-janeiro/ Acesso em: 15 de abril de 2020.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptações Curriculares. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

MENEZES, Ebenezer Takuno de, Verbete necessidades educacionais especiais. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em http://www.educabrasil.com.br/necessidades-educacionais-especiais>. Acesso em 15 de abr. 2020.